

## ATA Nº 06/89

Aos oito dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às 14h30 min, realizou-se a reunião do Conselho Diretor do COMITESINOS, na sala de reuniões de sua sede na UNISINOS,SL.. Contou com a presença dos seguintes membros: Sr. Luiz G. Miranda (Presidente do COMITESINOS), Sra. Viviane N. Koch (Secretária Executiva), Sr. Luiz A. Timm Grassi (CORSAN), Sra. Vera Lúcia De Có (CORSAN), Sr. Alfredo Presser (CONRHIRGS), Sr. Eduardo Zorrilia (CONRHIRGS), Sr. Antonio D. Benetti (DMA/SSMA), Sra. Maria Helena Alvim (METROPLAN), Srta. Mara G. Lemes de Medeiros ( UNISINOS), Sr. Hugo Springer (SENAI), Sr. Flavio Lucchese (UNIVALE), Sr. Cláudio Storck (UNIVALE), Sr. Sigfried Luciano Reinchr (Movimento Roessler), Sr. Darwin Kramer (Câmara de Vereadores NH), Sr. Paulo Marcos A. Alves (DMAE), Sr. Flavio Adami Avila (DNAEE), Sr. Ronaldo Schedler (DNOS), Sr. Eugênio Cánepa (CIEN TEC), Sra. Sônia Martinelli (CIEN TEC), Sr. Waldemar Cantergi (SEMAE), Srta. Andréa T. Borges (IMPrensa), Sr. Walmir dos Santos Martins (Prefeito de Sapucaia do Sul), Sr. Sérgio Bertolo (METROPLAN), Sra. Neusa Bombardelli Elias (Assessora de Imprensa da Pref. Sapucaia do Sul), Sra. Míriam Colombo (Serviço de Meio Ambiente- Pref. Sapucaia do Sul), Sr. Cilon Estivalet (METROPLAN). O Presidente deu por aberta a reunião e a Secretária Executiva fez a leitura da ata, colocou-a em discussão e aprovação. O Sr. Flavio Lucchese solicitou que fosse acrescido a observação de que, dos 80 curtumes do RS, apenas um da bacia do Rio dos Sinos não estava com o sistema de tratamento em operação e que isto devia-se ao fato do grande empenho das empresas. A ata foi aprovada pelo Conselho e assinada pelo Presidente. Foi solicitado à Sra. Vera Lúcia de Có que fizesse um relato sobre a visita realizada por representantes do Comitê à Indústria de Papel Três Portos, no dia 19 de maio e esta, ao final da explanação entregou à Secretária executiva, relatório contendo parecer sobre as condições do sistema de tratamento. O Sr. Lucchese, comentou que além das melhorias, os diretores mostraram-se interessados, o diálogo em relação ao ano passado teve avanços. O Sr. Lucchese ainda vê problemas, quanto ao corante usado para tingir o papel, apesar da pesquisa realizada para utilização de um novo fixador que possibilita maior aproveitamento dos pigmentos no processo industrial, diminuindo a cor do efluente da indústria. O Sr. Grassi concluiu que houve muitas mudanças positivas. O Sr. Cláudio Storck acredita que havendo boa vontade dos empresários, há chances de melhorar os sistemas de tratamento e solicitou a presença do Sr. Grassi, como representante do Comitê, para proferir palestra informativa aos empresários da ACISE-Esteio. Ao se concluir o assunto, foi observado que durante a visita feita, constatou-se o problema de resíduos sólidos que a indústria ainda enfrenta, já que 4 matéria-prima não é pré-selecionada, gerando cerca de 2 a 3 cargas semanais de lixo que são depositados no lixão de São Leopoldo. Sobre o segundo assunto, o Sr. Eugênio Cánepa como membro da Comissão ESINTER, fez um relato minucioso sobre a visita feita àquela empresa, no dia 09.05.89. Apesar da discussão sobre o tema, ficou clara a inexistência de conhecimento técnico para que o Comitê formalizasse opinião. Adotou-se como sugestão do Sr. Lucchese dar-se um crédito à ESINTER e aguardar-se maiores informações através dos técnicos italianos e a partir destas informações, elaborar-se relatório contendo análise da alternativa apresentada. A seguir o Sr. Benetti apresentou dados sobre a Rede de Monitoramento Integrada, indicando a localização dos pontos de coleta definidos para tal rede. Durante a exposição, o Prefeito de Sapucaia do Sul, Sr. Walmir Martins, questionou a posição do DMA no que se refere à fiscalização e cobranças de multas, apontando a falta de

decisão política por parte do Departamento para resolver os problemas de poluição industrial. Observou ainda que se em cada município houvesse interdições, por parte dos Prefeitos, nas indústrias poluidoras, ou que, se fosse proibida a implantação de novos estabelecimentos industriais que não possuíssem sistema de tratamento, quando necessário, possivelmente o rio não apresentaria as condições de degradação em que se encontra. Aproveitou o momento para relevar a importância da participação dos Prefeitos que compõe o Conselho Diretor, e entende que o Comitê deve insistir na presença dos mesmos. O Sr. Benetti, novamente com a palavra, esclareceu que ele, como técnico, não possuía o poder de decisão política para resolver os assuntos afetos ao Departamento e {til' havia sido elaborado um relatório técnico sobre a situação li, todas as indústrias poluidoras e que este fora apresentado 10 Governador do Estado, cabendo a ele sim, Governador, tomar decisões. Retomando a questão de monitoramento, esclareceu que tantos os parâmetros definidos como o número de pontos de coleta eram decisão de concenso entre os técnicos responsáveis pela rede e que esta seria uma rede básica, podendo de acordo com necessidade e interesse, ser ampliada. Novamente com a palavra, o Prefeito Walmir questionou a necessidade do monitoramento, já que os agentes poluidores eram conhecidos e que, em seu entendimento, deveria ser criado uma proposta voltada para uma ação mais direta sobre estes agentes. O Sr. Grassi esclareceu ao Prefeito que em um programa que pretende obter controle de qualidade permanente, este se dá somente através do conhecimento científico e que o conhecimento empírico não pode ser considerado. Ainda esclareceu que paralelo à rede de monitoramento, o Comitê tem, dentro de suas ações prioritárias, um programa direcionado aos agentes poluidores, que é o de conscientização dos empresários, e que, de certa forma, tem atingido bons resultados. O Sr. Flavio Adami reafirmou a importância deste trabalho paralelo, de conscientização como uma ação mais executiva e da rede de monitoramento, como uma ação mais técnica. O Sr. Luciano do Movimento Roessler, observou que de acordo com o Código Penal de 1940, uma empresa não pode poluir o rio, mas a nível jurídico a legislação está caduca e são vagarosas as tentativas de que se faça cumprir a lei. O Prefeito Walmir reforça a idéia de que o envolvimento das Prefeituras é muito importante e que a preocupação com o destino dos efluentes domiciliares deve acontecer antes da construção de uma casa. Esclarecendo que é tarefa dos municípios se envolverem efetivamente nas questões ambientais, a Secretária Executiva apontou que o COMITESINOS tem tentado junto aos município, fomentar ações de controle de poluição e que além das questões específicas que o Comitê tem tratado, foi apresentado à todas as câmaras de vereadores documento onde o Comitê, através das Instituições que o compõe, se propõe a assessorar e desenvolver um trabalho conjunto, voltados para as questões ambientais e aponta o município de portão, que através da Comissão de Saúde e Meio Ambiente criada, junto com o Comitê, tem tentado estabelecer diretrizes de ação para a recuperação do Arroio Portão. O Sr. Eugênio Cánepa diz que o COMITESINOS não é uma agência de gerenciamento, " não somos gestores do rio". t: Papel do Comitê estudar e propor melhorias para o rio e justifica a necessidade do monitoramento até como indicador, se tivermos adequados pontos de coleta, para uma intervenção que vise equacionar problemas específicos. Dando prosseguimento, O Sr. Benetti observa a necessidade da formalização do convênio entre as instituições e departamentos que participam da rede de monitoramento e o Comitê, para que este possa contar com um técnico disponível, sempre que necessário. Concluindo o Sr. Benetti, informou que as responsabilidades ficarão distribuídas da seguinte forma: DMAE pela coleta e distribuição; DMAE, DMA e CORSAN pelas análises; METROPLAN - armazenamento de

dados; DMAE, DMA e CORSAN, interpretação de dados. A divulgação será de responsabilidade do DMA. A Sra. Vera Lúcia informou que o SEMAE solicitou o afastamento da rede, pois faz análise de apenas dois parâmetros dentro de seu ponto de captação. O Sr. Cantergi esclareceu que o afastamento é provisório até que o SEMAE passe a analisar maior número de parâmetros. O Sr. Flavio Adami observou que os técnicos do DNAEE percorrem todo o Estado e que em São Leopoldo existe um ponto de amostragem, previsto no orçamento do departamento, e que este talvez pudesse ser deslocado para atender os interesses da rede e com isso obter-se, por exemplo, informações quanto a vazão correspondente ao dia da coleta. O Sr. Eugênio ressaltou que as questões hidrológicas e ambientais, além da qualidade e quantidade, disponibilidade pública, obtenção de dados, são conteúdos técnicos e devem ser trabalhadas por técnicos e que a aplicação destes resultados e análise devem ser conduzidos pelos órgãos envolvidos. O Sr. Benetti, de forma particular, entende que deve haver maior entrosamento entre os integrantes do Comitê baseado no que pode aprender no curso sobre manejo de bacias, no qual alguns membros do Comitê também puderam participar, ficou evidenciado a necessidade de definir-se de forma bem clara os objetivos a serem atingidos, definir-se uma metodologia, e que com maior participação haveria mais discussão, aparecendo novas idéias. O Sr. Grassi, retomando um ponto que considera importante, ou seja, a rede de monitoramento, esclarece que a Comissão enfrenta dificuldades para um acerto final de integração e considera complicado trabalhar com 36 parâmetros; a própria tradução em linguagem acessível não é assunto simples e que a simplificação de idéias para posterior divulgação deve ser muito bem elaborada até para poder se dizer, por exemplo, do real estado do rio e em quanto tempo ele poderá melhorar.

O Sr. Eugênio complementa dizendo que o Comitê é uma instância de vários órgãos e que pela primeira vez no Estado tenta-se fazer uma integração de laboratórios, o que justifica a cautela e demora na conclusão da rede. O Prefeito de Sapucaia, Sr. Walmir, apesar de considerar a importância da elaboração de projetos, demonstrou apreensão e, por entender que o mandato do Executivo é um período restrito, vê a necessidade de fazer algo prático e logo. O Sr. Grassi, com a palavra, observa que a implantação da rede de monitoramento é uma vitória do Comitê e que não temos capacidade absoluta para fazer muitas realizações em termos de despoluição sem recursos financeiros. O Presidente, Sr. Miranda, aproveitou a oportunidade para dar informações sobre a obtenção desses recursos e solicitou ao Sr. Sérgio Bertolo que apresentasse, de forma sucinta, o Programa Institucional que está sendo elaborado pela METROPLAN. Fica registrado em ata que foi transcrito apenas a idéia básica e que o conteúdo do programa, após concluído e apresentado ao PIMES, terá cópia na Secretaria do Comitê. Fundamentalmente o Programa de Desenvolvimento Institucional busca obtenção de recursos, a fundo perdido, a fim de estruturar o Comitê, (estrutura técnica, humana, financeira) para que este possa desenvolver uma metodologia de ação, com etapas definidas, de forma a se obter resultados efetivos para as questões ambientais relacionadas com a bacia hidrográfica do Rio dos Sinos. São consideradas estratégicas a atuação nas áreas de educação ambiental, pesquisa científica, legislação, informação e publicação e treinamento. O estabelecimento de atividades técnicas permitirá definir-se a estratégia que contemplaria a ação política do próprio Comitê, permeabilizando as ações já adotadas pelo Comitê. O Presidente observa que as 10 ações programadas pelo Comitê, no início seriam incorporadas nas 5 etapas. Do ponto de vista prático: na medida em que formadas as subcomissões, levaríamos as ações paralelamente ao plano institucional. O Sr. Lucchese, com muitas dúvidas, questiona até que ponto este programa vem para melhorar o

Comitê, se não haverá nova estruturação no Comitê e qual abrangência do Programa. a Presidente esclarece que é fundamental para o Banco Mundial que haja um plano institucional, e entende que os recursos fortalecerão o Comitê como organização. Esclarece ainda que para viabilizar um programa dessa natureza em tempo razoável, faz-se necessário a criação de uma Comissão, e pede um voto de confiança para que ele, como Presidente, possa indicar o grupo. Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada pelo Presidente, e para constar, lavrei a presente ata que subscrevo e vai assinada pelo Presidente depois de lida.